

AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS (INCLUSIVE FILOSÓFICAS) EM QUE “O CAPITAL” FOI PRODUZIDO

1) Observações gerais

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. *Economia política – uma introdução crítica*. 8ª. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2012.

Inicialmente, colhe registrar que Marx empreende um debate com a economia política até então existente, com destaque para a economia política clássica. A economia política é expressão que aparece pela primeira vez em 1615. Embora tenha acumulado estudos nos séculos XVII e XVIII, somente nos vinte anos iniciais do Século XIX passou a designar um corpo teórico determinado. O período clássico da economia tem, no entanto, representantes do meados do século XVIII (iniciando com Petty na Inglaterra e Boisguillebert na França) e finda com David Ricardo na Inglaterra e Sismondi na França). Aqui também devem ressaltados autores como James Steuart, Quesnay e Adam Smith. P. 28 e 29.

“Nos maiores representantes da Economia Política Clássica, Smith e Ricardo, a despeito das diferenças entre suas concepções teóricas, encontram-se nitidamente duas características centrais da teoria que vinha se elaborando há quase duzentos anos.

A primeira delas refere-se à natureza mesma dessa teoria: não se trata de uma disciplina particular, especializada, que procurava ‘recortar’ da realidade um ‘objeto’ específico (o ‘econômico’) e analisá-lo de forma autônoma. Para os dois autores mencionados, como para vários daqueles que os precederam, centrando a sua atenção nas questões relativas ao trabalho, ao valor e ao dinheiro, **à Economia Política interessava compreender o conjunto das relações sociais que estava surgindo na crise do Antigo Regime** – e naquelas questões ‘se explicavam, de forma irrecusável, as transformações em curso na sociedade, a partir da generalização das relações mercantis e de sua extensão ao mundo do trabalho” (Teixeira, 2000, p. 100). Os clássicos da Economia Política não desejavam, com seus estudos, constituir simplesmente uma disciplina científica entre outras: almejavam compreender o modo de funcionamento da sociedade que estava nascendo das entranhas do mundo feudal; por isso, nas suas mãos, a Economia Política se erguia como fundante de uma teoria social, um elenco articulado de ideias que buscava oferecer uma visão do conjunto da vida social. E mais: os clássicos não se colocavam como ‘cientistas puros’, mas tinham claros objetivos de intervenção política e social (nota de rodapé – os estados nacionais e a generalização das trocas estava em plena marcha, por isso criavam teorias que envolviam diretamente a ambos, tais como as relativas a preços, juros, tributos, comércio. Há que se lembrar ainda que Ricardo, por exemplo, foi um bem-sucedido operador da bolsa de valores de Londres).

A segunda característica da Economia Política clássica relaciona-se ao modo como seus autores mais significativos trataram as principais categorias e instituições econômicas (dinheiro, capital, lucro, salário, mercado, propriedade etc.): **eles as entenderam como categorias e**

instituições naturais que, uma vez descobertas pela razão humana e instauradas na vida social, permaneciam eternas e invariáveis na sua estrutura fundamental. Esse entendimento, os clássicos deviam-no à inspiração das concepções próprias do jusnaturalismo moderno, extremamente influente na Europa Ocidental dos séculos XVII e XVIII e que marcou vigorosamente a teoria política liberal (ou o liberalismo clássico), cujo grande representante foi o inglês John Locke (1632-1704).

Essa característica, assim como a anterior, é indicativa do comprometimento da Economia Política clássica – sabe-se que o liberalismo clássico constitui uma arma ideológica da luta da burguesia contra o estado absolutista e contra as instituições do Antigo Regime. Nos seus teóricos mais importantes (e, de novo, deve-se lembrar Smith e Ricardo), ela condensou os interesses da burguesia revolucionária, que se confrontava com os beneficiários da feudalidade (a nobreza fundiária e a Igreja). Naqueles teóricos, as influências jusnaturalistas e liberais não são um acaso, mas sinalizam que suas realizações intelectuais inserem-se no quadro maior da Ilustração que, como é notório, configura importante capítulo no processo pelo qual a burguesia avança para a construção do seu domínio de classe, que assinalou, em face da feudalidade, um gigantesco progresso histórico. Em resumidas contas, a Economia Política Clássica expressou o ideário da burguesia no período em que esta classe estava na vanguarda das lutas sociais, conduzindo o processo revolucionário que destruiu o Antigo Regime – e não foi por outra razão, aliás, que o filósofo húngaro Georg Lukács (1885-1971) considerou-a a ‘maior e mais típica ciência nova da sociedade burguesa’’. (p. 29 a 31)

Após a revolução francesa e instaurado seu domínio de classe, “a burguesia experimenta uma profunda mudança: renuncia aos seus ideais emancipadores e converte-se numa classe cujo interesse central é a conservação do regime que estabeleceu. Convertendo-se em classe conservadora, a burguesia cuida de neutralizar e/ou abandonar os conteúdos mais avançados da cultura ilustrada” (p. 32)

Esse momento faz surgir o seu contrário a classe trabalhadora, o proletário, que passa a conter o germen revolucionário. Nesse contexto é que se compreende a crise da Economia Política clássica: “Na medida em que expressa os ideais da burguesia revolucionária, a Economia Política clássica torna-se incompatível com os interesses da burguesia conservadora. Não é casual, portanto, que o pensamento burguês pós 1848 abandone as conquistas teóricas da Economia Clássica – como também não é casual que tais conquistas se transformem num legado a ser assumido pelos pensadores vinculados ao proletariado” (p. 33).

“Uma observação é suficiente para indicar a incompatibilidade da Economia Política clássica com os interesses da burguesia convertida em classe dominante e conservadora. Trata-se do modo como aquela enfrentou os problemas da riqueza social (ou, mais exatamente, da criação de valores): para os clássicos, o valor é produto do trabalho. Se essa concepção era útil à burguesia que se confrontava com o parasitismo da nobreza, deixou de sê-lo quando pensadores ligados ao proletariado começaram a extrair dela consequências socialistas. A teoria do valor-trabalho (cf. adiante, no Capítulo 1, o item 1.4), que fora uma arma da burguesia na crítica do Antigo Regime, torna-se agora uma crítica ao regime burguês: nas mãos de pensadores vinculados ao proletariado, a teoria do valor-trabalho serve para investigar e demonstrar o caráter explorador do capital (representando pela burguesia) em face do

trabalho (representado pelo proletariado). Os clássicos puderam desenvolver a teoria do valor-trabalho porque pesquisavam a vida social e econômica a partir da produção dos bens materiais, e não de sua distribuição; por isso, não só a teoria do valor-trabalho era incompatível com os interesses da burguesia conservadora: também o era a pesquisa da vida social fundada no estudo da produção econômica.

Compreende-se, assim, que, após 1848, tanto a teoria do valor-trabalho quanto a investigação social e econômica a partir da análise da produção tenham sido abandonadas pelo pensamento burguês conservador; mais do que isso: foram consideradas 'extracientíficas' pela Economia que, a partir da segunda metade do século XIX, substituiu – na cultura burguesa e especialmente nos meios acadêmicos – a Economia Política clássica. E se compreende também que ambas, a teoria do valor-trabalho e a análise social e econômica a partir da produção, tenham sido recuperadas pelos pensadores vinculados aos interesses da classe trabalhadora". (p. 33)

Com a sua dissolução, é transformada em economia, embora Marx continue a fazer referência à economia política, já que a economia sofre uma depuração que a expurga de preocupações históricas, sociais e políticas. Uma espécie de positivação deste ramo do conhecimento humanos, que, no entanto, é rechaçado, já no título, por Marx (*O capital – crítica da economia política*). Lembre-se que na segunda metade do século XX a economia política já tinha a dissolução consumada pelo capitalismo. A constituição dessa ciência econômica (a economia) afastou-se do valor-trabalho e passou ser centrada em outras bases (por exemplo, a teoria do valor-trabalho é substituída pela teoria da utilidade marginal) e com "tornou-se um importante instrumento de administração, manipulação e legitimação da ordem comandada pela burguesia". Não é aqui que se situa a crítica de Marx, mas à economia política nos moldes antes mencionados. (p. 35)

Para os que pretendem ter uma mesma panorâmica em relação à vida e obra de Marx, recomendo uma leitura na apresentação feita por Jacob Gorender (p. 17 a 37). Os que pretendem fazê-lo de forma mais profunda, sugiro a obra de Franz Mehring chamada *Karl Marx – a história de sua vida* (São Paulo : Ed. Sundermann, 2013).

2) Diferenças da situação histórica (inclusive filosófica) entre Alemanha de um lado e França e Inglaterra de outro

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Trad. Rubens Enderle e Leonardo do Deus. São Paulo : Boitempo Editorial, 2005.

Introdução de 1844 (publicada nos Anais Franco-Alemães) –

“A história alemã, de fato, orgulha-se de um desenvolvimento que nenhuma outra nação anteriormente realizou ou virá alguma vez a imitar no firmamento histórico. Participamos nas restaurações de nações modernas, sem termos tomado parte nas suas revoluções. Fomos restaurados, primeiro, porque houve nações que ousaram fazer revoluções e, em segundo lugar, porque outras nações sofreram contra-revoluções; no primeiro caso, porque os nossos governantes tiveram medo e, no segundo, porque nada temeram. Conduzidos pelos nossos pastores, só uma vez nos encontramos na sociedade da liberdade, no dia de seu funeral” (p. 146)

Fala que as nações modernas (leia-se França e Inglaterra) lutam contra o antigo regime, para desbancá-lo, já a feudalidade insiste em não deixar a Alemanha: “Em contrapartida (aos países que abandonam o antigo regime), o atual regime alemão, que é um anacronismo, uma flagrante contradição de axiomas universalmente aceitos – a nulidade do *ancien regime* revelada a todo o mundo -, supõe apenas que acredita em si e pede a todo mundo para compartilhar a sua ilusão. Se acreditasse na sua própria natureza, tentaria ele ocultá-la debaixo da aparência de uma natureza estranha e buscar a salvação na hipocrisia e na sofisticação? O moderno *ancien regime* é apenas o comediante de uma ordem do mundo cujos heróis reais já estão mortos. A história é sólida e atravessa muitos estados ao conduzir uma formação antiga ao sepulcro. A última fase de uma formação histórico-mundana é a comédia. Os deuses gregos, já mortalmente feridos na tragédia de Ésquilo, Prometeu acorrentado, tiveram de suportar uma segunda morte, uma morte cômica, nos diálogos de Luciano. Por que a história assume tal curso? A fim de que a humanidade se afaste alegremente de seu passado” (p. 148 e 149)

“Mas, logo que a crítica se ocupa da moderna realidade social e política, elevando-se assim aos problemas humanos autênticos, ela tem ou de sair do *status quo* alemão ou de apreender o seu objeto sob o seu objeto. Por exemplo, a relação da indústria, do mundo da riqueza em geral, com o mundo político, é um dos problemas fundamentais dos tempos modernos. De que maneira este problema começa a preocupar os alemães? Sob a forma de tarifas protecionistas, do sistema de proibição, da economia política. O chauvinismo alemão passou dos homens para a matéria, de modo que um belo dia os nossos cavaleiros do algodão e heróis do ferro se viram metamorfoseados em patriotas. A soberania do monopólio dentro do país começou a ser reconhecida desde que se principiou a atribuir-lhe a soberania em relação ao exterior. Por conseguinte, na Alemanha, começa-se com aquilo que já terminou na França e na Inglaterra. A ordem antiga e podre, contra a qual estas nações se revoltam teoricamente e que apenas suportam como se suportam grilhões, é saudada na Alemanha como a aurora de um futuro glorioso que, até agora, a custo ousa mover-se de uma teoria astuta para uma prática implacável. Enquanto na França e na Inglaterra o problema se põe assim: economia nacional ou o domínio da propriedade privada sobre a nacionalidade. Portanto, na Inglaterra e na França trata-se de abolir o monopólio, que se desenvolveu até às últimas consequências, ao passo que na Alemanha se trata de caminhar para as consequências finais do monopólio. Além, é uma questão de solução; aqui, apenas uma questão de colisão. A partir do exemplo referido podemos ver como os problemas modernos estão presentes na Alemanha; o exemplo mostra que a nossa história, tal como o recruta principiante, até agora só teve de fazer exercícios adicionais em assuntos históricos velhos e banais”.

Sobre o atraso em assuntos de economia e a filosofia alemã:

“Assim como as nações do mundo antigo viveram a sua pré-história na imaginação, na mitologia, assim nós, alemães, vivemos a nossa pré-história no pensamento, na filosofia. Somos contemporâneos filosóficos da época atual, sem sermos os seus contemporâneos históricos” (p. 150)

Fala que a filosofia alemã se ocupa das coisas do mundo em consonância com a melhor reflexão europeia, mas não conseguiu se realizar na prática, ficando sempre no plano das ideias, sem conseguir dali sair. Fala da necessidade da filosofia se realizar na vida prática dos homens, o que não se dá com a idealista: “Mas se a Alemanha acompanhou o desenvolvimento das nações modernas apenas através da atividade abstrata do pensamento, sem tomar parte ativa nas lutas reais deste desenvolvimento ...” (p. 153)

“O sonho utópico da Alemanha não é a revolução radical, a emancipação humana universal, mas a revolução parcial, meramente política, que deixa de pé os pilares do edifício”. (p. 154)

Uma observação geral sobre o papel da filosofia: “Assim como a filosofia encontra as armas materiais no proletariado, assim o proletariado tem as suas armas intelectuais na filosofia. E logo que o relâmpago do pensamento tenha penetrado profundamente no solo virgem do povo, os alemães emancipar-se-ão e tornar-se-ão homens”. (p. 156).

“Façamos agora a síntese dos resultados: a emancipação dos alemães só é possível na prática se for adotado o ponto de vista da teoria, segundo a qual o homem é para o homem é para o homem o ser supremo. A Alemanha não conseguirá emancipar-se da Idade Média a não ser que se emancipe ao mesmo tempo das vitórias parciais sobre a Idade Média. Na Alemanha, nenhum tipo de servidão será abolido, se toda a servidão não for destruída. A Alemanha, que é profunda, não pode fazer uma revolução sem revolucionar a partir do fundamento. A emancipação do alemão é a emancipação do homem. A filosofia é a cabeça desta emancipação e o proletariado é o seu coração. A filosofia não pode realizar-se sem a suprasunção do proletariado, o proletariado não pode supra-sumir-se sem a realização da filosofia”. (p. 156)

A QUESTÃO DOS PREFÁCIOS E POSFÁCIOS –

Fazendo um levantamento das edições estrangeiras recomendadas, percebe-se que os sumários escolhidos por ambas as edições brasileiras (Boitempo e Civilização Brasileira) coincide com aquelas eleitas por quase todas (inglesa, espanhola, alemã). A edição francesa optou pelo prefácio da primeira edição e o posfácio da segunda edição.

O primeiro prefácio releva em importância já que é o que enuncia a pretensão científica de “O Capital” – o que será analisado, já que é importante para o nosso curso, mais adiante.

Há que se acentuar aqui a preocupação metodológica existente no posfácio da segunda edição, como posto na apresentação da obra da Boitempo feita por Jacob Gorender: “Em 1873, foi publicada a segunda edição alemã, que trouxe um posfácio muito importante pelos esclarecimentos de caráter metodológico” (afastamento do idealismo, diálogo com a economia política clássica, atraso da Alemanha, discussão do método dialético e paralelo com Hegel – a famosa frase que a Alemanha culta tratava Hegel como cachorro morto e Marx se declara discípulo dele, embora compreenda que a dialética hegeliana estivesse de cabeça para baixo, sendo preciso desvirá-la, para descobrir “o cerne racional dentro do invólucro místico”). Neste posfácio fala ainda da importância da teoria do valor-trabalho, herdada da economia política clássica, para a construção de “O Capital”. Aqui lembro a menção de Gramsci a Ricardo e da sua dimensão próxima a de Hegel para Marx e lembro ainda da menção de Jacob Gorender à importância que Ricardo e a teoria do valor-trabalho possuem em “O Capital” (“Ao aceitar a teoria de Ricardo sobre o valor-trabalho e a distribuição do produto social, Marx não perdeu de vista a necessidade da crítica da economia política (...) Ricardo dera à teoria econômica a elaboração mais avançada nos limites do pensamento burguês (...) Com uma visão obsessiva, (Marx) entregou-se à tarefa que se tornaria a mais absorvente de sua vida: a de elaborar a crítica da economia política enquanto ciência mediada pela ideologia burguesa e apresentar uma teoria econômica alternativa, a partir das conquistas científicas dos economistas clássicos” (p. 25).

Veja-se a observação de Jonnas a respeito de Gramsci:

Como combinado, seguem, em anexo, trechos de uma das intuições curiosas de Gramsci sobre o papel de Ricardo no pensamento do Marx.

Destaco o seguinte trecho da página 196 (trecho após uma reflexão sobre o conceito de "mercado determinado" como uma correlação de forças relativamente automática e permanente, tornando-se fato histórico e, assim, tornando-se objeto para a ciência econômica, o que teria sido incorporado pelo marxismo - a "filosofia da práxis"):

"(...) É necessário partir destas considerações para estabelecer o que significa 'regularidade', 'lei', 'automatismo', nos fatos históricos. Não se trata de 'descobrir' uma lei metafísica de 'determinismo' e nem mesmo de estabelecer uma lei 'geral' de causalidade. Trata-se de indicar como se constituem no desenvolvimento histórico forças relativamente 'permanentes', que operam com certa regularidade e automatismo. Tampouco a lei dos grandes números, ainda que seja muito útil como termo de comparação, pode ser tomada como a 'lei' dos fatos históricos. Para estabelecer a origem histórica deste elemento da filosofia da práxis (elemento que é, ademais, nada menos do que seu modo particular de conceber a 'imanência'), será necessário estudar o modo pelo qual David Ricardo tratou das leis econômicas. **Trata-se de ver que Ricardo não teve importância na fundação da filosofia da práxis somente pelo conceito de 'valor' em economia, mas teve uma importância 'filosófica', sugeriu uma maneira de pensar e de intuir a vida e a história. O método do 'dado que', da premissa que dá lugar a certa consequência, deve ser identificado, ao que parece, como um dos pontos de partida**

(dos estímulos intelectuais) das experiências filosóficas dos fundadores da filosofia da práxis. Deve-se ver se David Ricardo foi estudado, alguma vez, a partir deste ponto de vista. (...)"

No prefácio à edição francesa há a preocupação com o popularização da obra acompanhada, no entanto, da preocupação com as perdas decorrentes de uma excessiva simplificação dos temas analisados, afinal “não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos” (p. 93).

No posfácio à edição francesa chamamos a atenção para a palavra método na p. 95 (também existente na versão alemã), já que, de novo, estaremos enfrentando as questões científicas que desafiam a obra. Questão importante para os propósitos de nosso curso (que não sem razão se chama “Direitos sociais e método”).

No primeiro prefácio assinado por Engels aparecem novamente referências a um método e a uma ciência (p. 99), o que também ocorre no prefácio da edição inglesa assinado por Engels: “Cada novo aspecto de uma ciência implica uma revolução de seus termos técnicos”.

Por último, o prefácio da quarta edição alemão, demonstra o constante ataque contra Marx. No entanto, os seus detratores nunca demonstraram a sua razão. A mesma defesa é feita por Engels contra ... que dissera que a teoria marxiana seria sua (confira-se o prefácio à obra “A Miséria da Filosofia – resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon”).

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O MARXISMO COMO CIÊNCIA

Além da indicação da preocupação com a externalização da realização de uma ciência nos diversos prefácios e posfácios, devemos aqui fazer especial referência ao prefácio à primeira edição assinado por Marx:

“Todo começo é difícil, e isso vale para toda **ciência**”. (p. 77)

A expressão ciência, neste trecho, também vem no prefácio à primeira edição. A palavra é “Wissenschaft” (p. 11). A palavra método, que revela tal preocupação metodológica, aparece também no posfácio à segunda edição alemã na língua original: “Methode”.

“O que pretendo nesta obra investigar é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e circulação” (p. 78)

ENGELS, Friederich. *Anti-Düring*. Acessível em [HTTP//www.Marxists.org/archive/Marx/works/1877/anti-duhring](http://www.Marxists.org/archive/Marx/works/1877/anti-duhring) (acesso em 04 de dezembro de 2013).

“Estas duas descobertas: a concepção marxista da história e a revelação do segredo da produção capitalista que se resume na mais-valia são devidas a Karl Marx. Graças a estas descobertas, o socialismo converte-se numa ciência, que não é preciso senão desenvolver em todos os seus detalhes e concatenações”.

COUTINHO, Carlos Néilson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ª. ed.. São Paulo : Ed. Expressão Popular, 2010.

A crítica a Althusser tem várias frentes, mas realça a inadequação da escolha epistemológica em detrimento da opção pela percepção do aspecto ontológico da obra de Marx, com especial destaque para este aspecto na obra de maturidade, com destaque para “O Capital” (“É um indiscutível mérito de Althusser e de sua escola terem rompido com essa posição equivocada e afirmado claramente a importância filosófica de *O Capital*. Mas esse mérito, infelizmente, é anulado na medida em que o aspecto ontológico desta obra é abandonado em favor de um completo privilégio do aspecto epistemológico, o que transforma a filosofia marxista numa teoria formalista da ciência. Com isso, não se sai da posição antidialética: há apenas uma substituição do positivismo pelo neopositivismo. Em ambos os casos, o humanismo concreto de Marx – que decorre organicamente da cientificidade dialética de suas análises – é abandonado” – p. 199).

“Quando Marx propõe uma ‘crítica da economia política’, não pretende apenas desmistificar os limites ideológicos da burguesia em nome da ciência. Pretende também redescobrir aquela dimensão ontológica, sem a qual a ciência econômica – mesmo quando eficaz em função de objetivos limitados, como é o caso da economia burguesa contemporânea – torna-se uma simples manipulação pragmática das aparências imediatas e fetichizadas da realidade econômica. A ontologia marxista, ao contrário, prepara as bases para uma práxis apropriadora, revolucionária, capaz de revelar essas aparências fetichizadas como o produto da ação dos próprios homens” (p. 199 e 200).

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental. Nas trilhas do materialismo histórico*. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

Destaque da parte destacada “Nas trilhas do materialismo histórico”, chamada “Estrutura e sujeito”, em que atribui a derrota do marxismo latino (leia-se francês e italiano) ao estruturalismo e os seus sucessores pós-estruturalistas (em pensamentos como o de Michel Foucault, Lévi-Strauss e de, uma forma um pouco diferente, mas não menos digna de nota,

Althusser). Aqui releva a importância da discussão no campo do marxismo entre as relações que se estabelecem entre sujeito e estrutura.

ALTHUSSER, Louis. Freud e Lacan. Marx e Freud. 4ª. ed. Trad. Walter José Evangelista. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2000.

O material que nos interessa é retirado da introdução crítico-histórica produzida por Walter José Evangelista, denominada “Althusser e a psicanálise”.

“Representante legítimo da mais pura tradição marxista, homem-de-partido, ele (Althusser), embora fiel ao PCF, vai abandonar, tão ousada quanto habilmente, a defesa da dialética dogmática e oficial, deixando-a entregue aos ataques das filosofias existenciais e do estruturalismo. Para espanto geral e pânico de alguns, vai muito mais longe: parece passar para o lado dos estruturalistas. Na realidade, aproveita-se, momentaneamente, dessa moda para desvencilhar o marxismo de velhas filosofias e promover o rejuvenescimento de alcance mundial, que se tornou conhecido como um (re)começo do Materialismo-Dialético.

Essa estratégia de (re)começo abrange dois grandes momentos.

No primeiro, que culmina em 1965, mostrou-se de modo vigoroso a cientificidade do Materialismo Histórico, que se achava encoberta por ideologias. Nessa primeira fase, o recurso à categoria bachelardiana de ruptura, assumida por Althusser sob a forma do conceito de corte epistemológico, foi decisivo. No entanto, a Filosofia, assimilando-se à Epistemologia e definindo-se como Teoria das práticas teóricas, concentrou-se exageradamente na oposição Ciência X Ideologia, deixando, assim, a luta de classes em segundo plano.

No segundo que se inicia em 1967 e tem como auge o ano de 1974, a Filosofia é redefinida como sendo, em última instância, política na teoria. Com isso, a luta de classes retoma seus direitos e, conseqüentemente, a antiga oposição Ciência X Ideologia perde o caráter absoluto que se arriscava assumir, para ser reafirmada de modo mais sutil e articulado”. (p. 09 e 10)

Muito rica a passagem em que, a partir de Althusser, Evangelista mostra a diferença entre a dialética hegeliana e a marxiana:

“Como disse Althusser prova um (re)começo do Materialismo Dialético. Como fez isso? Ele o fez voltando a Marx e à tradição marxista (Lênin, Mao, etc.). Ele o faz voltando a eles e explicitando, de modo rigoroso e analítico, a especificidade da dialética materialista em relação à hegeliana. Ele o fez mostrando qual é o pressuposto radical que torna a dialética hegeliana pensável, e como um tal pressuposto é inteiramente diferente daquele que torna a dialética marxista possível e pensável.

Com efeito, ele nos mostra que a dialética hegeliana é possível graças à “pressuposição radical de uma unidade originária simples, desenvolvendo-se no seio de si mesma pela virtude da negatividade, e jamais restaurando, em todo o seu desenvolvimento cada vez mais uma totalidade mais ‘concreta’, a não ser essa unidade e essa simplicidade originais”

Vale, pois, dizer que todos os conceitos ou estruturas dessa dialética (simplicidade, essência, identidade, unidade, negação, cisão, alienação, contrários, abstração, negação da negação, Aufhebung, totalidade, contradição, etc.) estão suspensos a esse pressuposto. Vale dizer que a contradição hegeliana, estrutura fundamental da dialética, é, e tem de ser, uma contradição simples. Vale dizer que Hegel é impensável e impossível se excluirmos essa ‘unidade originária simples’ e, portanto, espiritual.

O mesmo não ocorre com a dialética materialista. Voltando a Marx e à tradição marxista, Althusser faz um paciente levantamento tanto de questões de fato (a análise feita por Mao acerca da multiplicidade e complexidade das contradições, ou a feita por Lênin da Revolução Russa) quanto de elaborações teóricas rigorosas, e, portanto, de direito (o que é dito por Marx, na Introdução de 57, quanto ao método da Economia Política) e conclui que a dialética marxista não pode ser a mesma que a hegeliana.

Isso porque, segundo ele, “... no lugar do mito ideológico de uma filosofia da origem e dos seus conceitos orgânicos, o marxismo estabelece o princípio do reconhecimento do dado da estrutura complexa de todo ‘objeto’ concreto, estrutura que determina tanto o desenvolvimento do objeto quanto o desenvolvimento da prática teórica que produz o seu conhecimento (...) Por conseguinte, não temos mais, continua ele (sob qualquer que seja a forma), unidade simples original, mas o sempre-já-dado de uma unidade complexa estruturada”.

Logo, a dialética materialista não pode ser a mesma que a hegeliana, uma vez que seus pressupostos são diferentes. Importa observar que, por detrás dessas questões, aparentemente tão distantes e abstratas, o que está em jogo é uma realidade dramaticamente concreta: o stalinismo, seus horrores e crimes.

Com efeito, Althusser procurará demonstrar que o Materialismo Dialético, em sua dogmática stalinista, implicando, por seu economicismo, um panteísmo das forças produtivas (nova unidade original simples) e tendo como consequência especular o humanismo teórico, estava ainda prisioneiro da problemática hegeliana. Para ele, a ruptura com a dialética hegeliana será, na realidade, uma ruptura com o stalinismo” (p. 13 e 14)

Fala do conceito importante de sobredeterminação como causalidade em última instância (uma determinação econômica última, ligada ao capital?), que qualificaria a dialética marxiana em detrimento da hegeliana: “Sem ele (o conceito de sobredeterminação), a complexidade das contradições e dos problemas reais era sempre reduzida de qualquer jeito – ao preço, por mais das vezes, das mais escandalosas simplificações – a nada mais ser senão a expressão passageira e facilmente superável de um movimento cuja lógica necessária se conhecia: movimento do crescimento das forças produtivas, que explodiria as antigas relações sociais de produção, etc. Não era isso que ensinava a dialética stalinista? Não era esse o fundamento último dessa espécie de fé inabalável que o militante comunista deveria ter no então chamado

sentido da História? Garaudy está correto de razão ao dizer que Althusser fere os sentimentos do militante comunista”. (p. 24 e 25) Arranca-lhe a razão de viver e de lutar (RS)

“Um certo exagero, uma certa supervalorização da Ciência por Althusser obedece a outras que não o dogmatismo cientificista. Com efeito, e isso é o mais importante a ser notado, a insistência de Althusser quanto a valores exigidos pela prática científica, tais como o rigor, o trabalho com conceitos teóricos, no sentido exigente do termo, a demonstrabilidade, a sistematicidade, etc. tiveram um papel político tão preciso quanto importante: durante o stalinismo, a teoria era, pura e simplesmente, uma serva do poder, e Althusser vem reivindicar, para ela, uma autonomia relativa. Ora, de nada adiantaria essa autonomia sem a existência efetiva de uma teoria, o que pressupõe, evidentemente, que tais virtudes se exerçam na paciência do conceito. Assim, o ‘doutrinarismo’ de Althusser precisa, a meu ver, ser analisado desse ponto de vista, como reação ao pragmatismo vigente no dogmatismo stalinista. Era preciso insistir sobre o valor da teoria” (p. 29)

Revisão de sua visão a partir de 1967, o que culmina com os movimentos de 1968.

“Além do mais, a ciência nova que surge, sendo uma sua prática, como toda e qualquer prática – precisará Althusser em 1970, no famoso artigo “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado” – faz-se sob uma ideologia. Assim, toda e qualquer ciência se faz sob uma ideologia. Logo, não há separação entre Ideologia e Ciência. A oposição IdeologiaXCiência é uma ideologia como outra qualquer. Toma-se, pois, mais claramente ainda, distância do stalinismo. A Filosofia, desde 67/68, no Curso de Filosofia para cientistas e no Lênine e a Filosofia, não é mais definida como Epistemologia, como Teoria das práticas teóricas, mas, sim, como prática. Ela é, em última instância, uma prática política na teoria, é uma representação da luta de classes na teoria. A luta de classes que fora ocultada pelo stalinismo pode ser, agora, além de vivida, pensada. Assim, afastada a oposição ideológica entre a ciência e a ideologia, feita a distinção entre ideologia teórica e ideologia prática, definida a Filosofia como política na teoria, reintroduzida, portanto, a luta de classes, não pode haver lugar mais para uma separação entre a teoria e a vida” (p. 32)

CIÊNCIA: “Logo, o que faz com que uma ciência exista não é apenas a existência de um real, de um objeto real. Uma ciência existe quando ela produz um objeto-de-conhecimento capaz de se apropriar do real. O que caracteriza uma ciência é o fato de ter sido capaz de construir, com seus conceitos rigorosamente definidos, o seu objeto de conhecimento”. (p. 36)

Neste sentido, o materialismo histórico-dialético é uma ciência (não a ciência única e definitiva), mas uma ciência possível (e finita).